

A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A IMPRENSA, BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA E AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL (1808-1930)

RODRIGO SANTOS DE OLIVEIRA^{*}

RESUMO

No presente artigo buscamos apresentar dois elementos importantes para o historiador que se dedica a estudar a imprensa. O primeiro é a relação entre a história e a imprensa. Em nossa visão, é uma reflexão fundamental tanto para o pesquisador que utiliza a imprensa como objeto de pesquisa como para aquele que se serve dela como fonte. No segundo buscamos compreender a História da Imprensa, tanto em âmbito global como no Brasil. Esta segunda parte possui um caráter nitidamente contextual, e poderá trazer elementos para aqueles que se dedicam ao estudo da imprensa ou para os pesquisadores que estão despertando suas atenções para a imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, História da Imprensa, imprensa no Brasil.

ABSTRACT

This study introduces two important elements for the historian dedicated to studying the press. First, the relationship between history and the press is examined. It is a crucial reflection for researchers who draw on the press as a research subject as well as to those who use it only as a source. Secondly, the history of press is discussed both globally and locally in Brazil. This second part has a clearly contextual character, and may bring elements to those who are dedicated to studying the media or are raising their sights to the press.

KEYWORDS: Press, History of the Press, press in Brazil.

1. HISTÓRIA E IMPRENSA

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente dentro da historiografia. Pode-se dizer que é um reflexo da rebelião historiográfica contra a velha Escola

^{*} Professor visitante do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); doutor em História – PUCRS.

Metódica. A “rebelião” buscou não apenas uma nova interpretação do conhecimento histórico, mas também novas fontes de pesquisa para o historiador. O novo olhar também levou o historiador a uma nova leitura das suas fontes – que deixaram de “falar por si” e se tornaram passíveis de interpretação.

O objeto de estudo do historiador também foi alterado: a história passou a ser vista sob várias perspectivas, não apenas ficando restrita a acontecimentos políticos dos grupos dominantes. Assim, elementos do cotidiano social, que outrora eram relegados ao esquecimento, agora adquiriram importância. Diante desse novo paradigma, os historiadores cada vez mais recorreram a fontes que refletiam o coletivo. Destarte, conseguiam ter uma visão mais ampla do seu objeto de estudo.

Acompanhando tais transformações, a imprensa se mostrou uma importante ferramenta para o trabalho do historiador. Mas, acima de tudo, o historiador deve buscar compreender a sua fonte para melhor interpretá-la. Marialva Barbosa aponta a questão das duas “temporalidades”, ou seja, entre a imprensa que relatou o acontecimento no momento em que este aconteceu e o historiador que o reinterpreta no futuro.

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).

De acordo com a autora, tanto o jornalista quanto o historiador realizam reinterpretações; a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente, e o segundo acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje (BARBOSA, 1998, p. 88).

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, “o que o jornalismo está

fazendo é uma seletiva reconstrução do passado”¹. Então, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir.

Alexandre Stephanou vai mais adiante na interpretação do texto jornalístico. De acordo com seu estudo,

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

Diante disso, de acordo com o autor, o historiador que se dispõe a utilizar a imprensa como fonte deve compreender os métodos utilizados na atividade jornalística, no processo de construção de tais acontecimentos. É preciso que o pesquisador veja as matérias que cercam aquela que está sendo pesquisada, analise a publicação como um todo, inclusive na disposição gráfica das notícias. “O texto é uma narrativa intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades”. Assim, o historiador, ao interpretar o conteúdo discursivo, tem de considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve.

O jornalista procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade. Por outro lado, opera a seleção do *relevante*, colaborando com a transformação do imediato em perene. É preciso ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído) (STEPHANOU, 2001, p. 44).

A historiadora Maria Helena Capelato, em seu manual *Imprensa e História do Brasil*, ao parafrasear o historiador José Honório Rodrigues, já apontava tais questões, principalmente ao levar em consideração que o jornal era uma das principais fontes de informação histórica e, assim, deveria merecer atenção dos historiadores. Contudo, deveria ser considerado um documento suspeito no tocante à sua credibilidade, pois o pesquisador está obrigado a estar atento, visto que tal fonte não é

¹ A autora utiliza o termo “passado” no texto original, contudo acreditamos que ela se referia ao termo “presente”.

isenta, e “aconselha que se determinem os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública” (CAPELATO, 1988, p. 20).

Ainda para a autora:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Mas fica ao encargo do historiador interpretar os fatos diversos. Cláudio Elmir aponta que a própria leitura do historiador necessita ser diferente daquela do indivíduo que teve acesso ao jornal no momento em que foi publicado, ou seja, o pesquisador precisa, acima de tudo, evitar o erro de ler o jornal antigo com a mesma tranquilidade com que leria um jornal de hoje. Para tanto, precisa fazer uma “leitura intensiva” e que “deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha” (ELMIR, 1995, p. 21). De acordo com Janete Espig, o historiador está obrigado a ter esse cuidado porque a imprensa não informa a história; não adianta retirar dados referentes à sua pesquisa das páginas do jornal e considerar seu trabalho concluído. “Sobre o jornal devem incidir reflexões metodológicas que possibilitem uma leitura mais competente, através da qual se possa desvendar cuidadosamente o que é importante dentro de determinado assunto” (ESPIG, 1998, p. 274).

Segundo Renée Zicman, existem dois campos que unem a história e a imprensa. O primeiro é a “imprensa através da história”, que engloba os trabalhos históricos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. O segundo é a “História da Imprensa”, que busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico (ZICMAN, 1985, p. 89). De acordo com a autora, a imprensa é importante para o historiador, pois “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.” (ZICMAN, 1985, p. 90).

2. HISTÓRIA DA IMPRENSA

Como aponta Francisco das Neves Alves, a evolução histórica da imprensa sempre esteve ligada à busca por informações inerentes às sociedades – ou pelo menos à grande parte delas – sendo que a curiosidade pública, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, se tornaram elementos fundamentais para o surgimento de sistemas de coleta e propagação de informações. Ainda para o autor, “as transformações do mundo moderno, como o crescimento da curiosidade científica e da necessidade de dados informativos, com o Renascimento”. Mais, “as polêmicas religiosas advindas da Reforma e da Contra-Reforma” e outros elementos como as “trocas de informações” devido “às atividades bancárias e comerciais” que se ampliavam no momento, acrescidos ainda pelos “progressos burocráticos e de comunicação” dos Estados Nacionais e os demais avanços tecnológicos, principalmente a invenção da tipografia.

Surgia, dessa maneira, ainda nos séculos XVI e XVII, uma série de folhas volantes impressas, como libelos, os pasquins, os almanaques, além das *occasionnels* francesas, dos *zeitungen* alemães e das *gazetas* italianas, atividades que tiveram longa sobrevivência (ALVES, 1998, p. 7).

De acordo com Francisco Rüdiger, o jornalismo nasceu dentro da formação do mundo moderno. Para ele, o jornalismo enquanto prática social com atuação consistente começou no final do século XVII. “Nessa época, os serviços de correio privado e os relatos extraordinários veiculados em folhas volantes surgidos nos séculos anteriores começaram a ceder lugar a publicações periódicas regulares, lançadas por casas editoras especializadas” (RÜDIGER, 1998, p.13).

Para Rüdiger, duas correntes tentaram explicar o fenômeno do surgimento da imprensa: a marxista e a weberiana. A marxista vincula o surgimento “com o desenvolvimento do capitalismo comercial e a ascensão da burguesia, tendo se tornado clássica a tese de que ‘a História da Imprensa é a própria história do desenvolvimento do Capitalismo’”. Já a corrente weberiana defende que “os jornais não são produto direto do capitalismo, tendo relação histórica com o processo de construção do Estado Moderno” (RÜDIGER, 1998, p.13-14).

Por sua vez, de acordo com Rüdiger, os dois vieses convergiram no clássico trabalho de Jürgen Habermas *Mudança estrutural da esfera pública*, de 1962.

Para o autor [Habermas], a revolução comercial fomentou simultaneamente o trânsito de mercadorias e o trânsito de informações,

na medida em que progressivamente a própria informação virou mercadoria. Porém, a publicação sistemática e aberta de informações só se desenvolveu com o surgimento dos periódicos patrocinados direta ou indiretamente pelo Estado. A ascensão da sociedade burguesa na esteira da expansão do capitalismo comercial colocou novos problemas de governo para as autoridades, que rápido descobriram na imprensa nascente um meio de controlar a opinião e exercer o poder (RÜDIGER, 1998, p.14).

Para José Marques de Melo, em seu excelente estudo *História social da imprensa*, a imprensa representa a fase extrema da cultura alfabética, a evolução final do processo iniciado com a transição da tradição oral para a escrita (que representou também um dos elementos do fim da pré-história) (MELO, 2003a, p. 32-33). O autor busca as origens da imprensa num período anterior àqueles apontados por Francisco das Neves Alves e Francisco Rüdiger. De acordo com Melo, a imprensa tem seu início no Oriente, onde “chineses, japoneses e coreanos não apenas realizavam impressões tabulares desde o século VII, mas chegaram até a possuir tipos móveis, por volta do século XI” (MELO, op. cit., p. 33). Para ele, há uma tendência na maioria dos estudiosos em minimizar a importância do Oriente no surgimento da imprensa, entre eles, Max Weber. Contudo, as influências do Oriente não poderiam ser negadas. O autor cita Fernand Braudel para finalizar a questão:

Todavia Braudel chama a atenção para um aspecto fundamental do problema – o de saber se a descoberta europeia “foi, ou não, reaparecimento, imitação ou redescoberta”, porque é natural que se faça uma ligação entre as duas experiências (a oriental e a ocidental), não obstante se desconheça “o elo intermediário que provaria a filiação”. E conclui: “Mas houve bastantes viajantes, e viajantes cultos, que fizeram a viagem de ida e de volta da China, para que a invenção europeia seja em princípio das mais duvidosas” (MELO, 2003a, p. 34).

Através dessa influência é que surgiu, para o autor, a imprensa na Europa, no final da Idade Média, a partir de algumas transformações estruturais: o desenvolvimento do comércio interno e o aparecimento das indústrias; renascimento e expansão urbana, criação das universidades e a formação de uma nova elite intelectual.

3. AS ORIGENS DA IMPRENSA NO BRASIL (1808-1930)²

A imprensa no Brasil tem seu início tardiamente, não apenas se compararmos com o surgimento da imprensa em geral, mas também em relação com a sua introdução, por parte dos europeus nas áreas conquistadas do continente americano (MELO, 2003a, p. 70-71):

Área colonial	Início da ocupação territorial	Data da introdução da imprensa	Período que separa os dois episódios	Período que separa da iniciativa pioneira
América Espanhola	1519	1533	14 anos	_____
América Inglesa	1620	1638	18 anos	105 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos	275 anos

José Marques Melo e Nelson Werneck Sodré apontam uma série de questões sobre as razões que levam a tal discrepância. Como não é nosso objetivo fazer um longo arrolamento desse histórico inicial (nossa principal preocupação são as transformações ocorridas na imprensa periódica a partir da República Velha), vamos apresentar esses dados de forma resumida. Podemos citar:

1º) O tipo de colonização: tanto na América Espanhola quanto na Inglesa, desde o início estabeleceu-se uma estrutura administrativa (*audiências* e *vice-reis* no caso espanhol e *assembléias colonizadoras* e *governadores* no caso inglês). Na América Portuguesa há uma grande distância entre a ocupação e a organização administrativa, estruturada muito tempo depois (ver dados da tabela acima).

2º) Urbanização e tipo de população autóctone: Na América Espanhola ocorreu um acelerado processo de urbanização, principalmente pela criação de cidades junto aos territórios conquistados; além disso, nos territórios de sua colonização já havia civilizações em acelerado grau de desenvolvimento. Na América Inglesa, a população autóctone não era desenvolvida, mas o tipo de colonização visava, a partir da construção de cidades, à fixação das populações. Com esse acelerado desenvolvimento urbano, acabou ocorrendo, mesmo que em escala menor, a reprodução do cotidiano vivido na metrópole, levando ao

² Aqui utilizamos o termo “origem” em uma concepção mais ampla, não apenas vinculado ao surgimento da imprensa no Brasil, mas também ao contexto geral de como ela se “forjou” através do tempo até adquirir o caráter “empresarial” que marca a imprensa brasileira nos dias de hoje. Por essa razão o recorte desta parte se alarga entre 1808 e a década de 1930.

funcionamento de uma série de instituições urbanas para as quais a existência da imprensa era indispensável.

3ª) Grau de instrução nas colônias: Nas áreas de colonização espanhola e inglesa ocorreu a criação de instituições universitárias, o que permitia não apenas desenvolver intelectualmente os indivíduos como prepará-los para produzir obras intelectuais. Na área portuguesa, por sua vez, a instrução se reduzia aos conhecimentos básicos, apenas o necessário para se ler a Bíblia.

Esses são os contrastes que levam ao surgimento tardio da imprensa no Brasil, que tem seu início apenas no século XIX, quando a corte portuguesa foge das tropas francesas e espanholas de Napoleão Bonaparte. Com esta transferência, o Brasil se torna Reino Unido de Portugal e a sede do império português.

Os governantes portugueses, acantonados no Brasil durante o período de ocupação da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão Bonaparte, providenciaram a instalação de prelos e tipografias, ensejando a circulação do primeiro jornal em língua portuguesa na América – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Precedendo esse oficialista, que sofre as penas da censura estatal, Hipólito da Costa lançou em Londres e enviara clandestinamente para o Brasil o jornal *Correio Braziliense*, considerado o mais antigo periódico brasileiro, pela sua natureza independente e pelo seu caráter noticioso (MELO, 2003b, p. 31).

Com a criação da tipografia oficial, começam a ser produzidos não apenas a *Gazeta* e a documentação governamental, mas também outras obras populares como folhinhas, almanaques e textos literários e de cunho científico. Ao mesmo tempo, a censura foi um elemento constante, não apenas ao material produzido nas tipografias locais, mas também ao que vinha de fora (como o *Correio Braziliense* editado na Inglaterra). A censura e o extremo controle garantiram a centralização da produção e circulação de impressos desde sua implementação até ao processo que levou à Independência do Brasil, em 1822. Aqui apresentamos dados levantados por Carlos Rizzini em relação a livros científicos/literários e a presença de tipografias capazes de produzir obras e periódicos:

Obras publicadas (MELO, 2003, p. 92)

Período	Número de trabalhos publicados
1808/1820	623
1821/1822	531

Presença de tipografias (MELO, 2003, p. 94-95)

Período	Número de províncias com atividades regulares de impressão tipográfica
1808/1820	2
1821/1852	19

O processo que levou à Independência do país gerou grande estímulo à produção autóctone de impressos, seja de obras literárias, seja de periódicos. As províncias, paulatinamente, foram incrementando a sua produção, o que, com o passar do tempo, acarretou tanto o desenvolvimento da imprensa local como a utilização de sua força política. Das lutas políticas que acompanharam a Independência, as elites provinciais tiveram a noção da força que a imprensa tinha sobre a sociedade. Com isso, passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade. Ao mesmo tempo, essa imprensa ainda não havia construído um conceito próprio e se confundia “com a noção de literatura pública, de finalidade moral e política” (RÜDIGER, 1998, p. 23).

Em um primeiro momento a imprensa no Brasil se configurou a partir da produção de “pasquins”. Estes, contudo, não apresentavam necessariamente uma relação orgânica com os grupos políticos dirigentes e muitas vezes até entravam em conflitos com os mesmos.

Os *pasquins* que caracterizaram a imprensa brasileira no século [XIX] são a melhor expressão desse *jornalismo*. A falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais favorecia a falta de responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de linguagem, até porque quem respondia pelos crimes de imprensa não são os verdadeiros redatores da matéria, mas os diretores da publicação. Para estes, por sua vez, não havia escolha, seu destino estava ligado diretamente ao curso do processo político, traduzido nas páginas de seus pasquins como verrina e polêmica pessoal (RÜDIGER, op. cit., p. 23).

Esses pasquins se configuraram em uma das primeiras formas de imprensa “popular”³. Também a imprensa reflete o momento conturbado em que o Brasil se encontrava, principalmente entre a saída de Dom Pedro I e o fim do período regencial, momento que registrou uma série de conflitos provinciais. “O ambiente do país, na época em que surgiram e se multiplicaram os pasquins, explica de forma nítida a fisionomia

³ Colocamos o termo popular entre aspas, pois queremos nos referir a uma imprensa sem o controle estatal sistemático e sim realizado por parcelas da população não vinculadas diretamente ao poder público.

áspera assumida pela pequena imprensa, comprovando que suas características eram ligadas diretamente às condições do meio” (SODRÉ, 1999, p. 155).

Ainda, de acordo com Nelson Werneck Sodré, os pasquins possuíam um denominador comum, que garantia a fisionomia peculiar que marcou e que espelhou o meio e a época, dentre os principais elementos (SODRÉ, op. cit., p. 158-164):

- Formato e valor semelhante: in-4º, quatro páginas em regra e valor avulso que variava entre 40 e 80 réis;
- Não havia venda de rua, apenas em locais especializados (como tipografias e lojas de livros);
- O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento;
- Não trazia invariavelmente o nome do redator. Guardava-se, por outro lado, rigoroso anonimato;
- Quase sempre possuía um único artigo, que ocupava todo o exemplar;
- Não possuía periodicidade certa, e a maioria dos pasquins não passou do primeiro exemplar;
- Quase sempre era produto de um único autor. Um homem, um escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou de outrem, adotando orientação própria ou obedecendo àquela imposta por mandantes, escrevia o jornal inteiro;
- Jacobinismo: seja em oposição aos lusos no Brasil, seja em oposição ao imperador ou governadores locais, etc.

Ou seja, o pasquim de certa forma sempre esteve ligado à contestação política e social. E, desse modo, teve seu desenvolvimento em um período de extrema efervescência política. Não é por acaso que os pasquins sempre foram alvo de repressão e censura, ao mesmo tempo em que muitas vezes seus autores mantinham anonimato, com o objetivo de autopreservação.

Para Sodré,

[...] o período de 1830 a 1850 foi o grande momento da imprensa brasileira. Fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita e emprestada, praticamente inexistente uma vez que inespecífica, encontrou, entretanto, na realidade política a fonte de que se valeu para exercer sobre essa realidade, por sua vez, influência extraordinária, consideradas as condições da época. Foi, praticamente, a infância da imprensa brasileira; talvez a sua turbulenta adolescência, quando muito, se considerarmos infância a curta fase em que batalhou pela liberdade conjugada à Independência do país (1999, p. 180).

Com a paulatina reorganização política no período posterior ao Regencial e a pacificação das províncias e, assim, o fim da instabilidade, acrescidos do desenvolvimento de técnicas de imprensa mais apuradas, os pasquins entraram em declínio, sendo substituídos pelos órgãos político-partidários e também por uma imprensa literária⁴. Os grupos políticos, que em um primeiro momento não tiveram controle direto sobre os pasquins, se aperceberam da potencial força da imprensa como instrumento político e ideológico.

Se, de um lado, os pasquins se baseavam na liberdade de imprensa como base para sua existência e desenvolvimento (mesmo em inúmeros casos sofrendo com a repressão e a censura), por outro, tal liberdade era vista por muitos setores (principalmente os políticos) como elemento de desagregação e ameaça, pelo menos para aqueles que estavam no poder. Como aponta Rüdiger:

Os riscos resultantes dessa situação para a própria manutenção do princípio da liberdade de expressão foi um dos fatores que provocaram o surgimento progressivo de um conceito político-partidário de jornalismo na segunda metade do século 19. A pasquinagem foi se tornando cada vez mais problemática, enquanto o sistema partidário consolidava-se como base do regime de governo do País, na medida em que ela podia servir de pretexto para a degeneração deste próprio regime (RÜDIGER, 1998, p. 26).

Ao mesmo tempo, a “consolidação do regime monárquico constitucional e do sistema parlamentarista de governo regularizou o modo de circulação das elites no poder, contribuindo pra a progressiva transformação das facções políticas em embriões de partidos” (RÜDIGER, op. cit., p. 26-27). A partir de então, as elites políticas “começaram a desenvolver relações orgânicas com a imprensa”, de onde surgiu o tipo de imprensa político-partidária, que se tornou preponderante e teria força até a primeira metade do século seguinte⁵.

Com o fim dos pasquins, vem um período de reordenamento da estrutura jornalística, que acompanha as mudanças políticas. Denominado por Nelson Werneck Sodré de *A conciliação*, é o momento que marca a centralização do poder nas mãos da Coroa, ao mesmo tempo em que ocorre o abrandamento dos conflitos e oposições regionais. Surge também uma espécie de conciliação entre os grupos

⁴ Não é objetivo deste resgate analisar essa imprensa literária. Tendo em vista as questões pontuais deste artigo, analisaremos apenas a imprensa político-partidária.

⁵ Tendo em vista a grande diversidade presente nas questões regionais nesse estágio da História da Imprensa brasileira, não vamos nos deter em discutir província por província. Analisaremos em linhas gerais, por momentos políticos pontuais.

dominantes das províncias e o governo central. A imprensa teve papel destacado no processo:

Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que pouco a pouco se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência (SODRÉ, 1999, p. 182).

Paradoxalmente, a nosso ver, para o autor, mesmo que a imprensa tenha sido utilizada com esses objetivos políticos, tem um declínio nas províncias. “O jornalismo político declinava também nas províncias”. Em realidade, pelo que podemos perceber, a perda de força política acontece apenas naquilo que se refere à oposição ao governo central e aos “valores republicanos”. O que emerge não é um retrocesso da imprensa política e sim o fim de uma estrutura combativa, que era a pasquinagem, em substituição de uma nova, que possuía uma relação íntima com o poder e, assim, não precisava se opor ao próprio grupo que a orientava. Como não havia dissensões internas no grupo dominante, pois era um período que o próprio Sodrê denomina de conciliação, não há divergências internas entre aqueles que produziam os jornais.

Conforme o panorama político se alterou e iniciaram as divergências entre setores políticos divergentes, começou a haver novamente disputas entre grupos dominantes. “Na Corte, que dava o tom ao país e, portanto, à política e à imprensa, a *conciliação* escondia os graves problemas que se aprofundaram na estagnação da aparente tranquilidade reinante” (SODRÉ, op. cit., p. 189). Tais divergências, por fim, levaram a novas agitações e ao surgimento de duas alas. “Em 1869, terminou a *conciliação*; separaram-se liberais e conservadores. [...] No meio dos [liberais] surgiria, no ano seguinte, a ala radical que viria a apontar a República, em manifesto, como saída para a situação do país: os clubes radicais começaram a transformar-se em clubes republicanos” (SODRÉ, op. cit., p. 188).

A partir dessa divisão, novos partidos políticos e facções políticas foram se organizando nas províncias, e recorriam à imprensa como forma de propaganda das idéias que defendiam.

Os partidos encarregavam-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Nesse contexto, surgiam as redações propriamente falando, os jornais passaram a ter uma organização editorial e se consolidou uma racionalidade em seu

funcionamento. Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas (RÜDIGER, 1998, p. 28).

Desta maneira, “o jornalismo ganhou, na sua forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública, cujos termos e medida dependerão de cada partido” (RÜDIGER, op. cit., p. 29).

A Guerra do Paraguai, que em um primeiro momento foi celebrada pela comoção nacional às agressões paraguaias ao Brasil, posteriormente, no seu desenrolar acabou catalisando as contradições da sociedade brasileira (devido ao recrutamento forçado, à perda em vidas humanas e aos gastos militares). Tal acontecimento teve reflexos na imprensa, que cada vez mais contestava as políticas imperiais, tanto em relação à guerra quanto nos setores políticos e o econômicos.

Concomitantemente ao final do conflito começam a surgir jornais contestatórios ao sistema monárquico. De acordo com Nelson Werneck Sodré, entre 1870 e 1872 surgem mais de vinte jornais republicanos no país (SODRÉ, 1999, p. 212). O jornal *A República*, órgão do Partido Republicano Brasileiro, que começou a circular em dezembro de 1870, tornou-se diário em setembro de 1871, com uma tiragem de 10.000 exemplares, número avultado para a época. O periódico pregava a substituição da monarquia, como o próprio nome sugere, para o regime republicano. Entretanto,

[*A República*] Fazia sorteios com prêmios, inovação curiosa, depois largamente usada na imprensa; defendeu a idéia do monumento a Tiradentes, figura histórica que o Império fizera esquecer; pregou a separação entre a Igreja e o Estado; combateu o castigo corporal nas forças armadas; defendeu a federação (SODRÉ, op. cit., p. 212).

Nota-se que as idéias defendidas no jornal *A República* foram as bases de todo o discurso republicano de oposição ao sistema monárquico. O jornal foi empastelado em fevereiro de 1873. Contudo, mesmo a repressão não pôde conter o crescimento paulatino dos órgãos de oposição, sendo a imprensa um dos grandes responsáveis pela conscientização das camadas cultas da população, como intelectuais, estudantes, militares, padres, etc.

A causa abolicionista também foi um dos elementos que geraram grande debate dentro da imprensa político-partidária, principalmente por parte de alguns jornais de cunho republicano (deve-se salientar que nem todos os republicanos eram abolicionistas). Com o passar dos anos, a causa abolicionista foi-se avolumando, ganhando adeptos em todos os setores sociais. Se por um lado a causa abolicionista tinha na

imprensa um dos seus principais mecanismos de luta, por outro, era através dela que aqueles que se apoiavam no sistema servil buscavam se defender. “Acossados pela campanha que avança e se avoluma, os fazendeiros escravistas agrupam homens de fortuna para fundar um jornal, o *Novidades*, destinado a defender” (SODRÉ, op. cit., p. 238).

Com as pressões constantes, a Abolição foi proclamada ao mesmo tempo em que as pressões republicanas para a mudança do regime político se acirram. Em 1887, a imprensa republicana já conta com setenta e quatro jornais espalhados por todo o país. A comoção social da abolição foi habilmente conduzida para a mudança do regime político.

A Proclamação da República gerou intensos debates na imprensa, pois, embora os republicanos conquistassem grande prestígio ao longo da campanha republicana e, principalmente, com o golpe militar, os monarquistas também mantiveram uma postura combativa de defesa da Casa Real e do sistema monárquico.

À medida que os ânimos políticos se acalmam, surgem dois novos padrões de imprensa, que passam a dividir espaço com a imprensa político-partidária, e que diferem tanto desta quanto da antiga estrutura de pasquinagem. De um lado surgia, mesmo que de forma bastante efêmera, em princípio, uma imprensa organizada nos moldes empresariais e voltada à notícia enquanto produto; de outro, uma imprensa combativa e que buscava representar um setor ainda incipiente da sociedade brasileira, o operariado urbano. Discutiremos mais adiante a imprensa operária.

No fim do século XIX, “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa” (SODRÉ, op. cit., p. 261). Diante disso, com a passagem do século XIX para o XX, ocorre a transição da chamada “pequena” para a “grande” imprensa.

Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se for assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria [...]. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das conseqüências imediatas dessa transição é a redução do número de periódicos. Por

outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas (SODRÉ, op. cit., p. 275-276).

Para Gisela Taschner,

Esse período que [...] vai de 1880 a 1930 aproximadamente é a fase da aventura e consolidação industrial. A organização (ou reorganização) empresarial dos jornais, que então se deu, está ligada a um processo de modernização tecnológica e diferenciação funcional. As gráficas dos jornais foram se separando das tipografias e adquirindo contornos mais industriais. [...] influíram sobre as características dos jornais, que evoluíram para o formato *standard* e puderam ampliar as suas tiragens (1992, p. 31).

Os jornais de cunho empresarial começaram a se desenvolver e atingir as capitais e principais cidades do país. Contudo, não há um aumento radical no número de jornais-empresas, ficando restritos a poucos deste tipo por cidade, que disputavam entre si a parcela do mercado crescente que era a própria “informação”.

Com tal crescimento, surge uma diminuição dos jornais político-partidários, que tinham como objetivo específico “formar e também dirigir a opinião pública” (RÜDIGER, 1998, p. 50). Com o novo tipo de imprensa, os jornais apresentavam-se como órgãos imparciais, cujo objetivo era informar a população. Mesmo que tivessem posicionamentos políticos definidos, eles chegavam ao leitor como imparciais; “começava então a esboçar-se uma imprensa de massas, no sentido de estar mais preocupada com o público leitor e menos em expressar interesses individuais e de grupos” (TASCHNER, 1992, p. 31).

Assim, órgãos oficiais de agremiações regionais como o Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Rio-Grandense, paulatinamente, vão tendo refluxo em importância e venda para os jornais-empresas como: *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio do Povo* e *Jornal do Comércio*, que conseguem grande crescimento em tiragem e prestígio.

A partir da década de 1920, surge ainda uma nova mutação dentro da estrutura dos jornais enquanto empresas jornalísticas. Começam a existir os “conglomerados” jornalísticos. Os grandes jornais passam a ser vistos como “instituições”, crescem em prestígio e o seu papel social muitas vezes acaba formando a opinião pública. “Nos anos 20 teríamos indícios de uma imprensa mais moderna, tanto do ponto de vista técnico [...] como no de organização, forma de apresentação da mensagem e relações com a publicidade” (TASCHNER, op. cit., p. 32).

Foi durante essa década que tiveram início os Diários Associados de Assis Chateaubriand, que foi a maior cadeia de jornais que o país já teve, e também *O Globo*, de Irineu Marinho, que posteriormente viria a se tornar o maior complexo de meios de comunicação de massa do Brasil (TASCHNER, op. cit., p. 32-33).

Na década de 1930, de acordo com a historiografia que se dedica ao estudo da imprensa, a estrutura jornalística de cunho político-partidário entra em franca decadência, sendo extinta por completo com o Golpe do Estado Novo, em 1937. Desse modo, a grande imprensa desponta como elemento hegemônico no poder.

Agora, voltemos nossa atenção à imprensa operária.

Embora o senso comum tenha o século XX como origem da imprensa operária, ela é muito mais antiga do que isso. O primeiro jornal operário surgiu em 1847, em Recife, e até o final do século já haviam sido editados setenta títulos, sendo cinquenta e dois no eixo Rio de Janeiro e São Paulo (principais centros de produção industrial no país – mesmo que fosse uma industrialização bastante rudimentar, e em vários casos tendendo ao artesanal) e dezoito no restante do país (FERREIRA, 1978, p. 91-102).

A imprensa operária diferia do modelo pasquinário e também do político-partidário, embora apresentasse alguns pontos de convergência. Por sua vez, diferia completamente da grande imprensa. Como demonstra Maria Ferreira,

Até numa visão superficial é perceptível a diferença dos jornais operários frente aos outros. Por exemplo, mesmo se tratando de uma publicação periódica, o tratamento da notícia tem um caráter processual, recuperando e analisando os fatos [...]. Nas primeiras páginas podem ser encontrados manifestos e convocações para assembléias operárias. O formato do jornal variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto, o tablóide.

[...] A periodicidade era determinada pelos acontecimentos: jornais aparentemente semanais poderiam passar a circular diariamente.

[...] Outro aspecto interessante é a ausência de publicidade. Nos raros casos em que se encontram produtos anunciados, a publicidade aparece acompanhada de recomendações do próprio jornal com relação à utilidade do produto, o que lhe confere um caráter de escolha política. Do mesmo modo, em certos momentos, aparecem recomendações de boicote, de não-consumo de determinada mercadoria (geralmente quando a empresa responsável por tal produto estava em litígio com seus operários) (1988, p. 20-21).

Tendo em vista isso, a imprensa operária não possuía uma organização e era destinada a uma parcela específica de operários que

mantinham o periódico. Tinha por objetivo politizar, informar e principalmente organizar os trabalhadores brasileiros (FERREIRA, op. cit., p. 14).

A imprensa operária teve um desenvolvimento bastante acelerado. Entre o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, surgiram trezentos e quarenta e três títulos espalhados por todo o território brasileiro. Não esqueçamos que grande parte da organização do movimento operário era feita por imigrantes e, por isso, havia um número considerável de títulos em língua estrangeira, principalmente italiano.

Semelhante à imprensa político-partidária, a operária começou a dar sinais de declínio no final dos anos 1920, diminuindo de forma radical na década seguinte. Isso acontecia por várias razões: repressão política por parte do Estado, controle estatal nos sindicatos, substituição do anarquismo pelo comunismo como ideologia dominante dentro do movimento operário, etc.

Nos anos de 1930, a imprensa no Brasil já estava completamente estruturada, possuía qualidade técnica e de impressão bastante avançada. Em parte acompanhava o desenvolvimento da forma de grande imprensa do mundo ocidental, por outro ainda apresentava elementos próprios do tipo de imprensa desenvolvido ao longo da História da Imprensa brasileira, como a imprensa político-partidária e a operária.

APONTAMENTOS FINAIS

Nas últimas décadas a imprensa tem se revelado uma ferramenta fundamental para o trabalho do historiador. Seja como fonte ou objeto, ela se transformou em uma das formas de se “revelar o passado” mais utilizada atualmente. Vimos que a imprensa não é “pura e cristalina” como muitos “manuais” ou empresas jornalísticas procuram passar a imagem. Pelo contrário, ela possui uma série de “armadilhas” que o pesquisador deve estar preparado para enfrentar para melhor compreender a sua fonte e/ou objeto de estudo.

Por essa razão buscamos não apenas introduzir a relação entre a história e a imprensa, mas também contextualizar historicamente o seu surgimento e desenvolvimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina*. Porto Alegre, 1998. Tese [Doutorado em História] – PUCRS.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudo*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 13, 1995.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *A imprensa operária no Brasil (1920-1986)*. São Paulo: Ática, 1988.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores sociais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003a.

_____. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.